



PORTARIA N° 802 de 09 de outubro de 2017

Outorga ao INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação no córrego da Ponte.

A Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, Mauren Lazzaretti, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria n° 254 de 25 de Abril de 2016, e

Considerando os Termos da Lei Estadual n° 6.945 de 05 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto n° 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n° 27, de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n° 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato grosso;

Considerando o Parecer Técnico N° 2530/GOUT/CCRH/SURH/2017, de 02 de outubro de 2017, acostado às fls 47/48 f/v, do processo SAD N° 624537/2016.

RESOLVE:

Art. 1º Outorga ao Instituto Federal de Mato Grosso, CNPJ: 10.784.782/0012-03, doravante denominado Outorgado, o direito de uso dos Recursos Hídricos para captação superficial no córrego da Ponte, afluente do rio Teles Pires, na UPG A-11 – Alto Teles Pires, Bacia Hidrográfica Amazônica, com a finalidade irrigação de 25,32 ha realizada por meio de equipamento do tipo pivô central, município de Sorriso/MT, com as seguintes características:

I - Coordenada geográfica da captação: 12°41'47,05" de Latitude Sul e 55°47'39,55" W de Longitude Oeste; e vazão máxima de captação de 156,74 m³/h (0,04354 m³/s ou 43,54 L/s), variando as horas e os dias, mensalmente, conforme consta na tabela 01 em anexo, totalizando um volume máximo anual de 176.016,34 m³. A captação atenderá 01 (um) equipamento de irrigação (pivô central), com área irrigada de 25,32 ha;

II - O Outorgado deverá implantar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas. O equipamento deverá estar instalado para a operação do sistema de irrigação;

III - O Outorgado deverá encaminhar anualmente à Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o relatório das medições captadas mensalmente.



Art. 2º A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **02 de outubro de 2027**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I - descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II - conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III - incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 06/06/2007;
- IV - indeferimento ou cassação de licença ambiental.

Parágrafo único. Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

Art. 3º Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I - quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas;
- II - quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

Art. 4º O Outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

Art. 5º Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pelo Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

Art. 6º Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, dentro do prazo de validade da outorga vigente.

Art. 7º O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos dos art. 13 e 14 da Lei Estadual nº 6.945, de 05 de novembro de 1997.

Art. 8º O Outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 9º. Esta outorga não autoriza a instalação do empreendimento ou mesmo as obras necessárias para realizar as captações, sendo estes passíveis de licenciamento ambiental.



Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 04 de outubro de 2017.

REGISTRADA,
PUBLICADA,
CUMpra-SE..

MAUREN LAZZARETTI

Secretária Adjunta de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos
SEMA/MT



Tabela 01

Captação: Córrego da Ponte afluente do rio Teles Pires
Coordenadas Geográficas - Lat. 12°41'47,05"S e Long. 55°47'39,55" W DATUM: SIRGAS2000

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Janeiro	0,04554	4	4
Fevereiro	-	-	-
Março	-	-	-
Abril	0,04554	5	15
Maio	0,04554	6	29
Junho	0,04554	6	29

MÊS	Vazão (m³/s)	Tempo (h/dia)	Período (dias/mês)
Julho	0,04554	7	31
Agosto	0,04554	8	30
Setembro	0,04554	4	30
Outubro	0,04554	5	17
Novembro	0,04554	11	2
Dezembro	-	-	-

Volume total Anual (m³): 176.016,34